



Handwritten initials in blue ink, including 'M', 'A', and 'V'.

Aquamaior – Águas do Campo Maior, S.A.

Relatório e Contas 2015

aquamaior 



f n
m
d

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO	3
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	13
3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	18
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	38



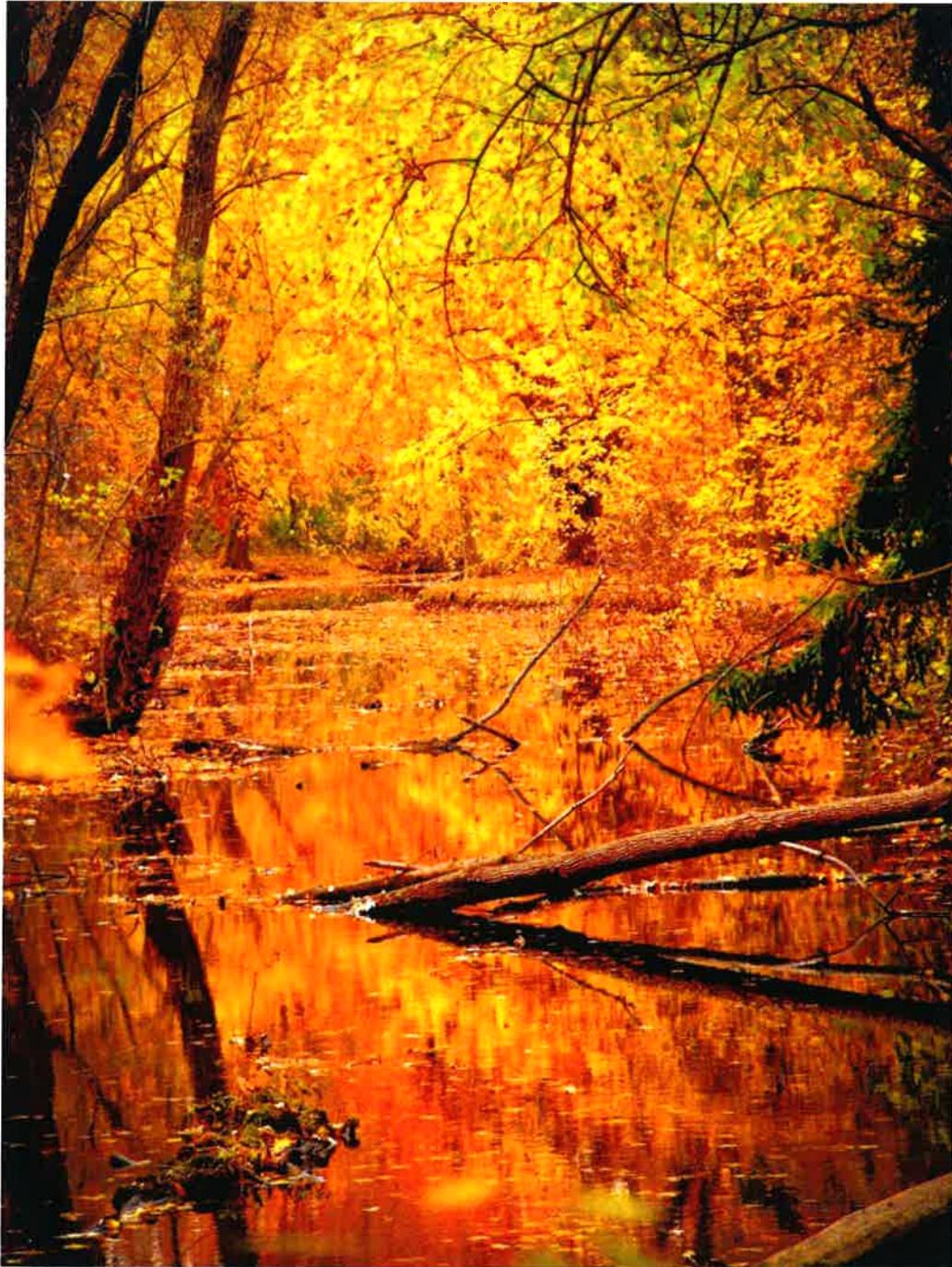
fn
an
H

Senhores Acionistas,

Em cumprimento com o disposto na Lei e nos Estatutos da Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações no Capital e respetivos anexos, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.



Handwritten signature in blue ink.



1. RELATÓRIO DE GESTÃO



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'H' and several scribbles.

ATIVIDADE DA EMPRESA



A Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Município de Campo Maior, por contrato celebrado a 20 de outubro de 2007, com o Município de Campo Maior, e por um período de 30 anos.

A Concessão tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município de Campo Maior, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca 4 milhões de Euros, a preços correntes.

Além do mencionado Plano de Investimentos da Concessionária, a Aquamaior irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente, no valor de mais de 6,5 milhões de Euros.

Rubricas do Plano de Investimentos Executadas

As rubricas do Plano de Investimentos totalmente executadas no final do ano de 2015 são:

- Instalação de um Sistema de Telegestão;
- Acondicionamento dos depósitos de água potável;
- Acondicionamento das instalações de água potável;
- Acondicionamento e melhoria das bombagens de água potável;
- Acondicionamento das instalações dos poços;
- Renovação de 100% do parque de contadores;
- Cartografia digitalizada das redes de abastecimento e saneamento e implementação de um sistema SIG;
- Sectorização da rede de abastecimento para deteção e controlo de fugas;
- Projeto de nova conduta adutora desde a zona industrial de Campo Maior até Ouguela;



Handwritten signature and initials in blue ink.

- Plano diretor sobre as infraestruturas de abastecimento e saneamento de Campo Maior;
- Renovação da rede de abastecimento de Degolados;
- Nova conduta adutora desde o reservatório do Zebro até aos depósitos Gêmeos;
- Rede de abastecimento de água na zona de São Pedro;
- Adução ao Bairro da Misericórdia;
- Abastecimento de água da Meia Légua.

Rubricas do Plano de Investimentos em Execução

Renovação de 100% do Parque de Contadores

Durante o ano de 2015 foram substituídos 127 contadores, tendo sido substituídos um total de 3.624. A renovação é cada vez mais complicada, uma vez que aqueles que ainda não foram substituídos encontram-se no interior das habitações.

Melhorias Fora do Plano de Investimentos

O detalhe relativo às melhorias não mencionadas no Plano de Investimentos e realizadas durante o ano de 2015 é o seguinte:

Desratização e desbaratização

Durante o ano de 2015 foram realizadas quatro operações completas de desbaratização e desratização da rede de saneamento, complementadas com inúmeras ações pontuais originadas por reclamações.

Intervenções rede de abastecimento

Em 2015, para além dos trabalhos de manutenção da rede de abastecimento, foram executadas várias reparações e beneficiações rede, entre as quais podem-se destacar as seguintes:

- Reparação de várias hastes e cabeças móveis de válvulas de seccionamento;
- Colocação de novas válvulas de seccionamento em Campo Maior;
- Substituição de várias bocas-de-incêndio localizadas em fachadas;
- Instalações de válvulas de retenção em consumidores cujas habitações têm furos;
- Desvio da conduta do centro escolar, instalação de saídas dos ramais para futuras urbanizações;
- Substituição de contadores de grandes consumidores;
- Reforço de ramais em várias habitações com falta de pressão;
- Ramal e ligação de rede de abastecimento de água para o centro escolar;
- Ramal de abastecimento e instalação de local para 54 contadores no Bairro de S. Sebastião;





Handwritten signature and initials in blue ink.

- Eliminação definitiva de fraudes;
- Mudança de localização de contadores da interior de habitações para as fachadas;
- Execução de nova cobertura em chapa na casa da hidropressora.

Aspetos Técnicos

Qualidade da Água Distribuída

A qualidade da água distribuída pela Aquamaior, aos utilizadores do concelho de Campo Maior, é verificada através de recolhas efetuadas periodicamente nos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) para 2015. Este programa foi aprovado em 3 de dezembro de 2014 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, elaborado de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei nº 306/2007 de 27 de agosto.

Volumes de água comprada e captada

Este ano o volume de água comprada aumentou cerca de 15% em relação a 2014. A subida dos metros cúbicos de água comprada estão relacionadas com o maior número de roturas graves.

Volume faturado por tipo de utilizador

O volume faturado por cada tipo de utilizador diminuiu, na generalidade, do ano 2014 para 2015. Ainda assim, assistiu-se a um aumento de 5% nos volumes faturados aos utilizadores não domésticos.



Segurança e Higiene no Trabalho

A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é considerado um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.

A avaliação e prevenção de riscos, associados a cada atividade desenvolvida, é efetuada encontra-se a com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração nas condições existentes.



A Aquamaior desenvolveu, no decorrer do ano 2015, o processo para obtenção da certificação de conformidade do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, de acordo com a Norma OHSAS 18001, tendo obtido a Certificação em novembro 2015.

Plano de Investimentos Executado

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Aquamaior até ao final de dezembro de 2015 é o seguinte:



		2016
Plano de Investimentos	Instalação de um Sistema de Telegestão	178.500,00
	Acondicionamento dos Depósitos de Água Potável	8.925,00
	Acondicionamento das Instalações Água Potável	59.500,00
	Acondicionamento e Melhoria das Bombagens de Água potável	4.760,00
	Acondicionamento das Instalações dos Poços	14.875,00
	Renovação de 100% do Parque de Contadores	220.036,00
	Cartografia Digitalizada das Redes de Abastecimento e Saneamento e Implementação de um Sistema SIG	71.400,00
	Sectorização da Rede de Abastecimento para o Controlo e Detecção de Fugas	35.700,00
	Projeto de nova conduta desde a Zona Industrial de Campo Maior até Ouguela	35.700,00
	Fornecimento e instalação da conduta Zona Industrial Campo Maior-Ouguela	65.013,99
	Plano Diretor sobre as infraestruturas de abastecimento e saneamento de Campo Maior	17.850,00
	Renovação da Rede de Abastecimento de Degolados	1.244.409,40
	Subtotal	1.956.669,39
Outras Atuações Projetadas no Plano de Investimentos	Nova conduta desde o reservatório do Zebro até à zona dos depósitos Gémeos	1.147.425,00
	Construção de reservatório no Zebro de 1.500 m³	20.457,28
	Rede de Abastecimento de Água na Zona de São Pedro, CM 1113, Campo Maior	94.828,26
	Adução ao Bairro da Misericórdia	51.632,66
	Abastecimento de Água da Meia Léguas	90.807,91
Subtotal	1.405.151,11	
Total	3.361.820,50	

OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aquamaior assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do Município de Campo Maior, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu acionista, a Aquamaior apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).



A Aquamaior tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Campo Maior, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.



RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Aquamaior é definida em relação direta com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste sentido, a Aquamaior procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi no exercício findo em 2015 de 7 pessoas.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Aquamaior espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço privado de cariz essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que se a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançadas pela Aquamaior no ano de 2015, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas.

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 1.192 milhões de Euros, em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o exercício atual com o anterior, regista-se uma estabilidade na rubrica de Vendas e Serviços Prestados (de 1.195.187,03 Euros em 2014 para 1.192.585,34 Euros em 2015). A rubrica de rendimentos originados pela aplicação da IAS 11 não contribuiu para o volume de negócios do período e do ano anterior por ter sido nula.

Gastos e Perdas

O total dos gastos da Aquamaior foi em 2015 de 1.266.767,85, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 1.259.553,94 Euros, representa um acréscimo de 0,57%. Este valor excluiu o impacto do imposto do exercício.



Handwritten blue ink marks and signatures in the top right corner of the page.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados sobre o inventário existente, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 379.732,91 Euros, representando cerca de 29,98% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 346.044,26 Euros, representando então cerca de 27,47% do total dos gastos do exercício. Em valor absoluto, a variação entre exercícios da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi de 9,74%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos registou 463.664,04 Euros, representando cerca de 36,60% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 472.849,29 Euros, representando então cerca de 37,54% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi de -1,94%.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 109.864,13 Euros, representando cerca de 8,67% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma rubrica registava 113.181,87 Euros, representando então cerca de 8,99% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica gastos com o pessoal foi de -2,93%.

A rubrica de outros gastos e perdas registou em 2015 cerca de 63.110,31 Euros (4,98% do total dos gastos do período), tendo registado em 2014 cerca de 17.073,27 Euros (1,36% do total dos gastos do período). O aumento entre exercícios da rubrica outros gastos e perdas deve-se essencialmente, ao registo de dívidas incobráveis por cerca de 24 mil Euros e pela alteração no registo de contabilização das comissões bancárias, que no ano 2014 eram contabilizadas como fornecimento e serviços externos.

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações manteve-se quase inalterado, apresentando cerca de 146.904,02 Euros, para o período em análise, face a 145.964,91 Euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respetivamente 11,60% e 11,59%.

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Aquamaior, registou no ano de 2015 103.492,44 Euros (equivalente a 8,17% do total dos gastos do exercício), tendo no ano anterior registado o montante de 147.705,07 Euros (equivalente a 11,73% do total dos gastos do exercício).

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Aquamaior foi em 2015 de 1.203.470,26 Euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 1.199.132,49 Euros, representa um ligeiro acréscimo de 0,36%.

A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2015 o montante de cerca de 1.192.585,34 Euros, que comparado com o exercício anterior revela um pequeno decréscimo de 0,22% face ao valor de 1.195.187,03 Euros.

Em 2015 o valor das reversões por perdas por imparidade de dívidas a receber registado pela Aquamaior foi de 9.114,60 Euros. Comparativamente com o exercício anterior verifica-se que no ano anterior houve um gasto com perdas por imparidade de 16.735,27 Euros.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos registou 1.770,32 Euros. A mesma rubrica, registava em 2014 o valor de 3.945,46 Euros.

Tal como em 2014, não foram registados durante o exercício de 2015 quaisquer juros ou rendimentos similares obtidos.



Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido negativo do exercício, que ascende a 64.841,41 Euros, representa uma melhoria substancial face ao exercício anterior, no qual o mesmo se apresentou negativo em 114.974,20 Euros.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e imposto (EBITDA) registado, foi de 187.098,87 Euros relativamente ao período em análise, apresentando um decréscimo de 19,79% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um decréscimo, situando-se no final de 2015 em 40.194,85 Euros.

	Ano 2015	Ano 2014
Rentabilidade do ativo total	(1,82%)	(2,98%)
Rentabilidade dos capitais próprios	(96,11%)	649,95%
Rentabilidade das vendas	(5,44%)	(9,62%)
EBITDA	187.098,87 €	233.248,53 €
EBIT	40.194,85 €	87.283,62 €

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, nos dois últimos anos, as principais rubricas, ativo, capital próprio e passivo demonstram uma variação significativa.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 3.859.523,23 Euros em 2014 para 3.572.279,66 em 2015.

Em termos desagregados, os capitais próprios aumentaram de -17.689,62 Euros em 2014 para 67.468,97 Euros em 2015, tendo o passivo diminuído de 3.877.212,85 Euros em 2014 para 3.504.810,69 Euros.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2015, em termos percentuais, um ligeiro acréscimo dos mesmos face ao ano de 2014:

	Ano 2015	Ano 2014
Capitais próprios	67.468,97 €	(17.689,62) €
Passivo total	3.504.810,69 €	3.877.212,85 €
Passivo corrente	2.334.808,99 €	2.557.213,35 €
Ativo total	3.572.279,66 €	3.859.523,23 €
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	1,89%	(0,46%)
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	1,93%	(0,46%)
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	98,11%	100,46%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	66,62%	65,95%



FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Aquamaior tem em vigor o seu mandato para o triénio 2014-2016 com um elevado sentido de responsabilidade que decorre do reconhecimento de que o difícil contexto nacional e internacional em que vivemos terá, inevitavelmente, consequências para a gestão da empresa.

Reconhecendo porém, que também nas crises surgem oportunidades, a Administração da Aquamaior está determinada em aproveitar os tempos difíceis que atravessamos para implementar reformas que conduzam a uma maior redução de custos e a uma maior eficiência nos serviços prestados.

Alicerçados na experiência dos grupos empresariais a que pertence, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos, e na competência dos seus trabalhadores, encaramos o futuro da Aquamaior com muito otimismo e confiança.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido negativo do período, que ascendeu a 64.841,41 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados: 64.841,41 Euros



h
m

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Aquamaior aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Campo Maior, ao 31 de março de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luis Francisco de Lope Alonso

Presidente

Jesús Rodríguez Sevilla

Vogal

Isidoro António Marbán Fernández

Vogal

Guillermo Moya Garcia-Renedo

Vogal



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'R. M. F.' with a checkmark.



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em euros

	NOTAS	2015	2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2 ; 6	18.984,77	30.518,93
Ativos intangíveis	3.1 ; 3.3 ; 6	2.978.136,94	3.113.504,60
Ativos por impostos diferidos	3.4 ; 7	121.704,33	119.519,73
subtotal		3.118.826,04	3.263.543,26
Ativo corrente			
Inventários	3.6 ; 16	25.516,06	27.957,80
Clientes	3.8 ; 9	221.248,42	222.285,58
Adiantamentos a fornecedores	13	0,00	1.889,90
Estado e outros entes públicos	3.4 ; 8	10.839,06	35.205,90
Outras contas a receber	3.8 ; 9	54.303,63	113.793,75
Diferimentos	4 ; 10	2.120,00	2.058,94
Caixa e depósitos bancários	3.8 ; 4	139.426,45	192.788,10
subtotal		453.453,62	595.979,97
Total do ativo		3.572.279,66	3.859.523,23
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	3.7 ; 14	50.000,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	3.7 ; 14	825.000,00	675.000,00
Reservas legais	3.7 ; 14	5.554,55	5.554,55
Resultados transitados	3.7 ; 14	(748.244,17)	(633.269,97)
Resultado líquido do período	3.7 ; 14	(64.841,41)	(114.974,20)
Total do capital próprio		67.468,97	(17.689,62)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	3.11 ; 6	670.001,70	669.999,50
Financiamentos obtidos	3.8 ; 12	1.862.500,00	1.912.500,00
Acionistas/sócios	11	500.000,00	650.000,00
subtotal		3.032.501,70	3.232.499,50
Passivo corrente			
Fornecedores	13	55.410,42	45.066,98
Adiantamentos de clientes	9	4.475,34	3.174,82
Estado e outros entes públicos	3.4 ; 8	5.992,06	6.256,89
Financiamentos obtidos	3.8 ; 12	50.000,00	62.500,00
Outras contas a pagar	3.8 ; 13	356.431,17	527.714,66
subtotal		472.308,99	644.713,35
Total do passivo		3.504.810,69	3.877.212,85
Total do capital próprio e do passivo		3.572.279,66	3.859.523,23

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2015



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2015	2014
Vendas e serviços prestados	3, 9 ; 15	1.192.585,34	1.195.187,03
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	(379.732,91)	(346.044,26)
Fornecimentos e serviços externos	17	(463.664,04)	(472.849,29)
Gastos com o pessoal	18	(109.864,13)	(113.181,87)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	9.114,60	(16.735,27)
Outros rendimentos e ganhos	19	1.770,32	3.945,46
Outros gastos e perdas	20	(63.110,31)	(17.073,27)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		187.098,87	233.248,53
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	(146.904,02)	(145.964,91)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		40.194,85	87.283,62
Juros e gastos similares suportados	22	(103.492,44)	(147.705,07)
Resultado antes de impostos		(63.297,59)	(60.421,45)
Imposto sobre o rendimento do período	23	(1.543,82)	(54.552,75)
Resultado líquido do período		(64.841,41)	(114.974,20)

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em euros

RUBRICAS	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	1.095.454,56	1.003.010,84
Pagamentos a fornecedores	(845.112,64)	(736.972,94)
Pagamentos ao pessoal	(111.302,66)	(113.197,20)
Caixa gerada pelas operações	0,00	0,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	20.067,18	(51.592,19)
Outros recebimentos/pagamentos	111.524,36	172.790,16
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	270.630,80	274.038,67
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos intangíveis	0,00	(39.761,04)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	0,00	(39.761,04)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	2.296,90
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(212.500,00)	0,00
Juros e gastos similares	(111.492,44)	(171.205,07)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(323.992,44)	(168.908,17)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(53.361,64)	65.369,46
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	192.788,10	127.418,64
Caixa e seus equivalentes no fim do período	139.426,46	192.788,10

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2015



Handwritten signature and initials in blue ink, including a large 'h' at the top and 'H' and 'G' below.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Nota	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício		50.000,00	675.000,00	5.554,55	(633.269,97)	(114.974,20)	(17.689,62)
Aplicação do resultado	14	-	-	-	(114.974,20)	114.974,20	-
Outras alterações no capital próprio	14	-	150.000,00	-	-	-	150.000,00
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		50.000,00	825.000,00	5.554,55	(748.244,17)		132.310,38
Resultado líquido do exercício						(64.841,41)	(64.841,41)
Posição no fim do exercício		50.000,00	825.000,00	5.554,55	(748.244,17)	(64.841,41)	67.468,97

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Nota	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício		50.000,00	675.000,00	3.967,45	(635.453,01)	31.741,89	125.256,33
Aplicação do resultado	14	-	-	1.587,10	30.154,79	(31.741,89)	-
Outras alterações no capital próprio	14	-	-	-	(27.971,75)	-	(27.971,75)
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		50.000,00	675.000,00	5.554,55	(633.269,97)		97.284,58
Resultado líquido do exercício						(114.974,20)	(114.974,20)
Posição no fim do exercício		50.000,00	675.000,00	5.554,55	(633.269,97)	(114.974,20)	(17.689,62)

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015



h
M
H



3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS



n
w
H
g

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., (adiante designada por “Aquamaior” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima, com sede na Rua de São João, 2A em Campo Maior, constituída em 4 de Outubro de 2007, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua atividade a 1 de Março de 2008, tendo como atividade principal a concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Campo Maior, incluindo esta atividade, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os atos necessários para a prossecução da sua atividade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de Agosto de 2009, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aquamaior foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos Empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.1. ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A Empresa exerce uma atividade que se constitui na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. As mesmas são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, regula entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).



Handwritten signature and initials in blue ink, including the letter 'h' at the top right.

IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário. A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento total de 4.031 milhares de Euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contractual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível. Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no ativo à medida que vai sendo realizado, e de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento) durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições atuais e construção de novas infraestruturas.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aquamaior reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	10 anos
Grupo 3 - Maquinas, aparelhos e ferramentas	4 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.



Handwritten signature and initials in blue ink, including a large 'n' at the top right and 'H' and 'A' at the bottom right.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível, o ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefício económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeiro.

3.4. IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.



3.5 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.6. INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas em resultados.

3.7. CAPITAL PRÓPRIO

Capital realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'M. J. F.' with a large 'n' above it.

3.8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outras contas a receber;
- Adiantamentos a fornecedores;
- Diferimentos;
- Acionistas;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras contas a pagar.

Caixa e equivalentes a caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.



Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.9. RÉDITO

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

3.10 ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente do momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.11. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.12 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.13 GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afetar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que os principais clientes são entidades de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.14 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de contas a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.



Handwritten signature and initials in blue ink.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 era:

	Ano 2015	Ano 2014
Caixa	5.000,00 €	2.844,69 €
Depósitos à ordem		
Banco Santander Totta	123.708,43 €	128.000,49 €
Caixa Geral de Depósitos	10.718,02 €	61.942,92 €
Total	139.426,45	192.788,10

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2014	Aumentos e Reclassificações	Abatas e Alienações	Saldo em 31.12.2015
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	87.200,70 €	(389,90) €	0,00 €	86.810,80 €
Equipamento de transporte	1.575,86 €	(0,00) €	0,00 €	1.575,86 €
Equipamento administrativo	21.377,02 €	389,90 €	0,00 €	21.766,92 €
Total	110.153,58 €	(0,00) €	0,00 €	110.153,58 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	60.610,29 €	24.293,07 €	0,00 €	84.903,36 €
Equipamento de transporte	1.575,87 €	(0,01) €	0,00 €	1.575,86 €
Equipamento administrativo	17.448,49 €	(12.758,90) €	0,00 €	4.689,59 €
Total	79.634,65 €	11.534,16 €	0,00 €	91.168,81 €
Saldo líquido	30.518,93 €	(11.534,16) €	0,00 €	18.984,77 €



Handwritten signature and initials in blue ink.

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2013	Aumentos e Reclassificações	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2014
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	87.200,70 €	0,00 €	0,00 €	87.200,70 €
Equipamento de transporte	1.575,86 €	0,00 €	0,00 €	1.575,86 €
Equipamento administrativo	21.377,02 €	0,00 €	0,00 €	21.377,02 €
Total	110.153,58 €	0,00 €	0,00 €	110.153,58 €

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	51.890,22 €	8.720,07 €	0,00 €	60.610,29 €
Equipamento de transporte	1.575,87 €	0,00 €	0,00 €	1.575,87 €
Equipamento administrativo	14.597,69 €	2.850,80 €	0,00 €	17.448,49 €
Total	68.063,78 €	11.570,87 €	0,00 €	79.634,65 €
Saldo líquido	42.088,80 €	(11.570,87) €	0,00 €	30.518,93 €

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2014	Aumentos e Reclassificações	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2015
Ativos intangíveis				
em Firme	4.031.820,00 €	2,20 €	0,00 €	4.031.822,20 €
Total	4.031.820,00 €	2,20 €	0,00 €	4.031.822,20 €

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
Ativos intangíveis				
em Firme	918.315,40 €	135.369,86 €	0,00 €	1.053.685,26 €
Total	918.315,40 €	135.369,86 €	0,00 €	1.053.685,26 €
Saldo líquido	3.113.504,60 €	(135.367,66) €	0,00 €	2.978.136,94 €

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2013 (reexpresso)	Aumentos e Reclassificações	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2014
Ativos intangíveis				
em Firme	4.031.820,00 €	0,00 €	0,00 €	4.031.820,00 €
Total	4.031.820,00 €	0,00 €	0,00 €	4.031.820,00 €

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
Ativos intangíveis				
em Firme	783.921,36 €	134.394,04 €	0,00 €	918.315,40 €
Total	783.921,36 €	134.394,04 €	0,00 €	918.315,40 €
Saldo líquido	3.247.898,64 €	(134.394,04) €	0,00 €	3.113.504,60 €



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'h' at the top and various initials below.

Provisões

As provisões registadas são referentes ao montante do investimento que, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, se encontra em falta efetuar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado, no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	Ano 2015	2014
Saldo inicial	669.999,50 €	669.999,50 €
Aumentos	2,20 €	0,00 €
Diminuições	0,00 €	0,00 €
Saldo final	670.001,70 €	669.999,50 €

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2015	Ano 2014
Saldo inicial	119.519,73 €	170.306,86 €
Efeitos na demonstração de resultados		
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais (Nota 23)	2.184,60 €	(50.787,13) €
Total dos efeitos na demonstração de resultados	2.184,60 €	(50.787,13) €
Saldo final	121.704,33 €	119.519,73 €

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 foi de 21%, acrescida de derrama.

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis.

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2015	Ano 2014
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	10.839,06 €	34.671,86 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00 €	534,04 €
Total	10.839,06 €	35.205,90 €



[Handwritten signature]

	Ano 2015	Ano 2014
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €
Retenção de impostos sobre o rendimento	411,40 €	621,90 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2.830,05 €	2.671,11 €
Contribuições para a segurança social	2.750,61 €	2.963,88 €
Total	5.992,06 €	6.256,89 €

9. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as contas a receber apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2015	Ano 2014
Cientes		
Cientes C/C	223.753,75 €	233.905,51 €
Perdas por Imparidade Acumuladas	(2.505,33) €	(11.619,93) €
Total	221.248,42 €	222.285,58 €

Perdas por imparidade:

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

	Ano 2015	Ano 2014
Saldo inicial	(11.619,93) €	(22.502,44) €
Reforço	(14.456,63) €	(41.799,21) €
Reversão	23.571,23 €	25.063,94 €
Utilização	0,00 €	27.617,78 €
Saldo final	(2.505,33) €	(11.619,93) €

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de outras contas a receber apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2015	Ano 2014
Outras contas a receber		
Pessoal	0,00 €	1.113,72 €
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação (1)	54.303,63 €	111.310,03 €
Devedores e credores diversos	0,00 €	1.370,00 €
Total	54.303,63 €	113.793,75 €

(1) O valor da rubrica devedores por acréscimos de rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfasamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados.



h
m
f
V
a

10. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de Diferimentos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2015	Ano 2014
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	2.120,00 €	2.058,94 €
Total	2.120,00 €	2.058,94 €

11. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC - Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., através da participação de 100.00 % da empresa FCC Aqualia, S.A. As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do respetivo grupo.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2015			Ano 2014		
	Fornecedores (Nota 13)	Acionistas	Outras contas a pagar (Nota 13)	Fornecedores (Nota 13)	Acionistas	Outras contas a pagar (Nota 13)
FCC Aqualia, S.A. - Sucursal em Portugal	0,00 €	0,00 €	98.486,19 €	0,00 €	0,00 €	98.486,19 €
FCC Aqualia, S.A. (Delegação de Badajoz)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	23.499,00 €	0,00 €	0,00 €
FCC Aqualia, S.A. (Delegação de Madrid)	0,00 €	500.000,00 €	39.970,14 €	0,00 €	650.000,00 €	26.451,45 €
Hidrotec Tecnologia del Agua, S.L.	1.842,00 €	0,00 €	0,00 €	4.525,04 €	0,00 €	0,00 €
Total	1.842,00 €	500.000,00 €	138.456,33 €	28.024,04 €	650.000,00 €	124.937,64 €

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2015		Ano 2014	
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)
FCC Aqualia, S.A. - Sucursal em Portugal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
FCC Aqualia, S.A. (Delegação de Badajoz)	0,00 €	0,00 €	23.499,00 €	0,00 €
FCC Aqualia, S.A. (Delegação de Madrid)	0,00 €	19.438,27 €	0,00 €	26.451,45 €
Hidrotec Tecnologia del Agua, S.L.	4.455,98 €	0,00 €	4.525,04 €	0,00 €
Total	4.455,98 €	19.438,27 €	28.024,04 €	26.451,45 €



12. FINANCIAMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de financiamentos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2015	Ano 2014
Passivo não corrente		
Dividas a instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1.862.500,00 €	1.912.500,00 €
Total	1.862.500,00 €	1.912.500,00 €

	Ano 2015	Ano 2014
Passivo corrente		
Dividas a instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	50.000,00 €	62.500,00 €
Total	50.000,00 €	62.500,00 €

Nota: Em 31 de Dezembro de 2014, o empréstimo bancário refere-se a um financiamento contratado em Agosto de 2014 por um período de 81 meses, o qual vence juros indexados à Euribor a 6 meses acrescida de 4%. O financiamento será reembolsado em 27 prestações trimestrais e sucessivas conforme o seguinte plano:

- As prestações correspondentes ao 3º e 6º mês após a outorga no valor de 25.000 Euros;
- As prestações entre o 9º e o 42º mês após a outorga no valor de 12.500 Euros;
- As prestações entre o 45º e o 78º mês após a outorga no valor de 50.000 Euros;
- A prestação a ocorrer no 81º mês corresponderá ao remanescente do capital em dívida.

13. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as contas a pagar apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2015	Ano 2014
Fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 11)	1.842,00 €	28.024,04 €
Fornecedores c/c	53.568,42 €	17.042,94 €
Total	55.410,42 €	45.066,98 €
Outras contas a pagar		
Fornecedores de investimentos	98.486,19 €	98.486,19 €
Credores por acréscimos de gastos	65.375,62 €	209.395,36 €
Devedores e credores diversos	192.569,36 €	219.833,11 €
Total	356.431,17 €	527.714,66 €

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Outras contas a pagar” inclui saldos com partes relacionadas nos montantes de 138.456,33 Euros e 124.937,64 Euros, respetivamente (Nota 11).

14. CAPITAL PRÓPRIO

Capital

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 50.000 ações com o valor nominal de 1 Euro cada.



h
m
f
V
g

Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

Em 14 de setembro de 2015 foi aprovada pela Assembleia Geral a conversão de 150.000 Euros de suprimentos em prestações acessórias de capital.

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 22 de junho 2015, o resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de 114.974,20 Euros, foi transferido para rubrica de resultados transitados.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 15 de outubro 2014, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de 31.741,89 Euros, foi transferido para reserva legal no montante de 1.587,10 Euros e o remanescente para a rubrica de resultados transitados.

15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2015	Ano 2014
Vendas e serviços prestados	1.192.585,34 €	1.195.187,03 €
Subcontratos (1) (Nota 6)	0,00 €	0,00 €
Total	1.192.585,34 €	1.195.187,03 €

(1) Corresponde à componente de proveitos relacionadas com a atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas” é detalhada como se segue:

	Ano 2015	Ano 2014
Matérias-primas		
Inventários iniciais	27.957,80 €	28.368,83 €
Compras	377.291,17 €	345.633,23 €
Inventários finais	25.516,06 €	27.957,80 €
Total	379.732,91 €	346.044,26 €



h
m
p
A

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2015	Ano 2014
Subcontratos (1)	0,00 €	0,00 €
Serviços especializados	364.462,09 €	386.330,82 €
Materiais	17.924,40 €	4.963,92 €
Energia e fluidos	16.316,75 €	23.942,89 €
Deslocações, estadas e transportes	11.535,36 €	5.447,04 €
Serviços diversos	53.425,44 €	52.164,62 €
Total	463.664,04 €	472.849,29 €

(1) Corresponde à componente de custos incorridos na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 4.455,98 Euros e 28.024,04 Euros, respetivamente (Nota 11).

18. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2015	Ano 2014
Remunerações	82.966,00 €	80.791,59 €
Encargos sociais	17.569,96 €	17.606,88 €
Seguros de acidentes de trabalho	874,77 €	999,03 €
Gastos de ação social (SHT)	229,92 €	5.177,79 €
Outros gastos com o pessoal	8.223,48 €	8.606,58 €
Total	109.864,13 €	113.181,87 €

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 2015 e 2014, de 7 colaboradores.

19. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” é detalhada como se segue:

	Ano 2015	Ano 2014
Regularização de saldos	0,00 €	2.749,72 €
Juros de mora cobrados	0,00 €	1.195,74 €
Outros rendimentos e ganhos	1.770,32 €	0,00 €
Total	1.770,32 €	3.945,46 €



h
a
f
A

20. OUTROS GASTOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Outros gastos e perdas” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2015	Ano 2014
Impostos e taxas	18.420,15 €	12.416,74 €
Dívidas incobráveis	23.571,23 €	0,00 €
Insuficiência da estimativa para impostos	0,00 €	2.746,73 €
Serviços bancários	20.535,41 €	1.557,02 €
Correções relativas a períodos anteriores	0,00 €	244,51 €
Donativos	30,00 €	105,00 €
Multas e penalidades	0,00 €	3,27 €
Outros gastos e perdas	553,52 €	0,00 €
Total	63.110,31 €	17.073,27 €

21. GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o detalhe da rubrica de gastos de depreciação e de amortização era o seguinte:

	Ano 2015	Ano 2014
Ativos fixos tangíveis	11.534,16 €	11.570,87 €
Ativos intangíveis	135.369,86 €	134.394,04 €
Total	146.904,02 €	145.964,91 €

22. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresentava no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte composição:

	Ano 2015	Ano 2014
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	103.492,44 €	147.705,07 €
Total	103.492,44 €	147.705,07 €

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica inclui transações com partes relacionadas nos montantes de 19.438,27 Euros e 26.451,45 Euros respetivamente (Nota 11).



23. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependo do município onde opera. No Município de Campo Maior, a derrama é de 1,5%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 22,5%.

Para o exercício de 2015, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 2014.

Para o exercício de 2015, foram ainda alteradas as regras de dedução de prejuízos fiscais reportáveis (“PFR”). O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014 passou para doze períodos de tributação (este prazo é de cinco anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2012 e 2013, quatro anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2010 e 2011 e de seis anos para os períodos de tributação anteriores).

Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis passou a estar limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.



h
mf
f

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, são detalhados conforme segue:

	Ano 2015	Ano 2014
Resultado antes de imposto	(63.297,59) €	(60.421,45) €
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	134.394,00 €	134.394,00 €
Donativos	30,00 €	105,00 €
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infrações	0,00 €	3,27 €
Correções relativas a períodos anteriores	0,00 €	244,51 €
Créditos incobráveis não aceites	41.799,21 €	41.799,21 €
Outros	3.611,90 €	3.611,90 €
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(125.616,91) €	(125.616,91) €
Lucro tributável	(9.079,39) €	(5.880,47) €
Prejuízos reportados de anos anteriores	0,00 €	0,00 €
Matéria coletável	(9.079,39) €	(5.880,47) €
Coleta	0,00 €	0,00 €
Pagamento especial por conta	0,00 €	0,00 €
Pagamento por conta	0,00 €	23.870,00 €
IRC a pagar/(recuperar)	0,00 €	(23.870,00) €
Derrama	0,00 €	0,00 €
Tributações autónomas	3.728,42 €	3.765,62 €
Total a pagar/(recuperar)	3.728,42 €	(20.104,38) €
Imposto corrente do exercício	3.728,42 €	3.765,62 €
Imposto diferido ativo (Nota 7)	(2.184,60) €	50.787,13 €
Imposto do exercício	1.543,82 €	54.552,75 €

24. ATIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, não existiam na Aquamaior ativos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

25. MÚTUOS E GARANTIAS

Continuidade das operações

Risco de liquidez:

Este risco tem origem nos desfasamentos temporais entre os recursos gerados pela atividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de Dezembro de 2015, a Empresa tem em Caixa e Equivalentes 139.426,45 Euros, tendo uma dívida financeira de curto prazo no montante 50.000,00 Euros e de médio e longo prazo no montante de 1.862.500,00 Euros. Não obstante, os Administradores da Aquamaior elaboraram o presente Relatório e apresentam as presentes Contas Anuais com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da empresa e do Grupo FCC em refinarçar ou reestruturar a sua dívida financeira, bem como para gerar recursos das suas operações e proceder ao desinvestimento em ativos não estratégicos que permitam adaptar a estrutura financeira à



h
m

situação dos negócios e os fluxos de tesouraria de acordo com o Plano Estratégico em que a empresa e o Grupo estão empenhados e cujos principais objetivos são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rentabilidade das atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer diretamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Todos estes fatores, juntamente com as diretrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativa do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objetivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.

26. LOCAÇÕES

Locações operacionais

Foram celebrados contratos de *renting* com a empresa Leaseplan no ano 2014, pelo período de 36 meses.

Durante os meses remanescentes prevê-se que venham a ser pagos mais 16.758,13 Euros, que se discriminam da seguinte forma:

Ano	Valor
2016	8.903,52 €
2017	7.854,61 €
TOTAL	16.758,13 €

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Handwritten signature or initials in blue ink, possibly reading 'F n' and 'w'.



4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Aquamaior – Águas de Campo Maior, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2015 que evidencia um total de 3.572.280 Euros e capital próprio de 67.469 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 64.841 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Aquamaior – Águas de Campo Maior, S.A. em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

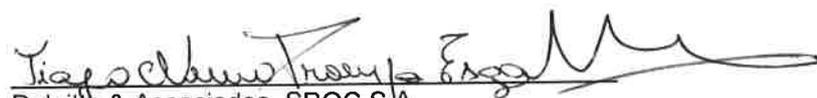
Ênfase

5. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa. Contudo, em 31 de dezembro de 2015, os resultados acumulados da Empresa são negativos em, aproximadamente, 813.000 Euros. Em consequência, a continuidade das operações da Empresa, o momento e valor de realização dos seus ativos e a liquidação dos seus passivos no curso normal das suas operações, dependem do sucesso futuro destas e da manutenção pelo acionista do suporte financeiro adequado.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 30 de junho de 2016


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Tiago Nuno Proença Esgalhado

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da Aquamaior – Águas de Campo Maior, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Aquamaior – Águas de Campo Maior, S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

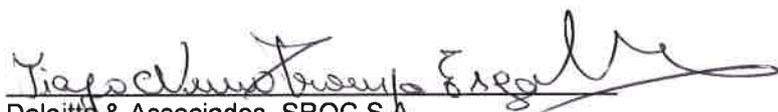
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2015, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, revimos o Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 preparado pelo Conselho de Administração e a proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas e inclui uma ênfase, que se dá aqui por integralmente reproduzida.

Face ao exposto, somos da opinião que, tendo em consideração o parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas, das demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 30 de junho de 2016



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Tiago Nuno Proença Esgalhado